



ELEIÇÕES



Militante pela causa das pessoas com deficiência, senadora por SP é vista como um reforço de peso na conquista de adesões no estado que representa, onde foi eleita com 6,5 milhões de votos

PSDB indica Gabrilli para ser vice de Tebet

» VINICIUS DORIA

O PSDB decidiu indicar a senadora Mara Gabrilli (SP) como candidata à vice-presidente da República na chapa encabeçada pela senadora Simone Tebet (MDB-MS). O nome foi aprovado, ontem, em São Paulo, em uma reunião entre Tebet e os presidentes do PSDB, Bruno Araújo (PE); do Cidadania, Roberto Freire (SP); e do MDB, Baleia Rossi (SP). Depois da reunião, Tebet encontrou-se com a colega de Senado para preparar o anúncio formal da chapa, hoje, às 11h, na sede do Diretório Estadual do PSDB, na capital paulista.

“Que a candidatura de Simone, quem sabe com a confirmação de Mara Gabrilli, seja uma janela aberta para milhões de eleitores brasileiros buscarem uma alternativa que possa levar a eleição ao segundo turno e abrir um espaço novo de discussão que não seja essa radicalização que faz mal à entrega do que a população de fato precisa”, disse Bruno Araújo, ao término da reunião.

Pouco antes, a própria Simone Tebet já havia sinalizado que a chapa seria formada por mulheres, em sabatina na sede da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). “Quero aqui anunciar que, pela primeira vez na história da República do Brasil, nós teremos uma chapa pura para candidata à Presidência da República. A minha vice será mulher”, disse, sem mencionar o nome de Gabrilli.

Com a definição, encerra-se uma longa novela que teve início em março, com o anúncio da aliança entre MDB, PSDB, Cidadania e União Brasil para a disputa presidencial. Na época, os tucanos já estavam divididos entre apoiar ou rechaçar o então candidato do partido, o ex-governador de São Paulo João Doria, aprovado em eleições prévias. O MDB, por sua vez, havia

Stringer/Brazil



Mara Gabrilli ficou tetraplégica após um acidente de automóvel e é uma das principais vozes no Parlamento em favor das pessoas com deficiência

lançado Simone Tebet como pré-candidata, que preferia ter como companheiro de chapa o ex-governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

De lá para cá, o PSDB queimou a pré-candidatura de Doria — que acabou desistindo da indicação — e viu Eduardo Leite deixar a corrida presidencial para disputar o governo do Rio Grande do Sul. A terceira via ainda desidratou-se com a decisão de Luciano Bivar de romper o acordo com MDB e PSDB para lançar-se à Presidência em uma candidatura isolada, que também não se sustentou.

Os caciques da triplíce aliança ainda tentaram convencer o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a assumir a vaga de vice. Inicialmente, o senador — que faz

parte da ala fundadora do PSDB — aceitou a missão, mas, nas últimas semanas, passou a sinalizar a interlocutores que não pretendia levar a empreitada adiante por motivos pessoais.

A ideia de uma chapa formada por mulheres passou, então, a ser considerada pela cúpula dos partidos. O Cidadania ofertou o nome da senadora maranhense Eliziane Gama. No PSDB, além de Mara Gabrilli, havia a possibilidade de indicação da ex-prefeita de Caruaru (PE) Raquel Lyra, que está em campanha para o governo de Pernambuco.

Na avaliação de políticos ligados à cúpula dos três partidos, Eliziane Gama agregaria pouco à chapa por ser desconhecida do eleitorado do Sudeste e estar ligada a uma agremiação

pequena, o Cidadania.

Raquel Lyra, por sua vez, tem se mostrado competitiva na disputa para o governo pernambucano, e o PSDB teria dificuldade de encontrar outro nome forte para a eleição local. De acordo com as últimas pesquisas no estado, Lyra aparece em segundo lugar nas intenções de voto, atrás da candidata do Solidariedade, Marília Arraes.

Inclusão

Senadora por São Paulo, a publicitária e psicóloga Mara Gabrilli, 54 anos, é militante da causa das pessoas com deficiência. Em 1994, ela sofreu um grave acidente de carro que a deixou tetraplégica — passou cinco meses internada, dos quais

dois em respirador artificial. Em 1997, fundou a ONG Projeto Próximo Passo, para promover a acessibilidade e apoiar pesquisas para cura de paralisias e projetos de inclusão social para atletas com deficiência. Em 2007, a ONG cresceu e virou o Instituto Mara Gabrilli.

“(Gabrilli) sabe do papel que significa representar 30 milhões de famílias que convivem com membros com algum tipo de posição especial (deficiência)”, disse Bruno Araújo.

Em 2018, Mara Gabrilli foi eleita senadora com 6,5 milhões de votos. Antes, havia chefiado a Secretaria da Pessoa com Deficiência da prefeitura paulistana, além de cumprir um mandato de vereadora na capital e dois como deputada federal.

Do “mensalão” ao “secretão”

» MARIANA ALBUQUERQUE*

Na sabatina organizada pela Fiesp, a pré-candidata Simone Tebet (MDB-Federação PSDB/Cidadania), lamentou a polarização da eleição presidencial em que, segundo ela, o Brasil tem que escolher entre “o menos pior dos candidatos”. Ela relembrou os escândalos de corrupção que marcaram não só o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quanto o do atual presidente, Jair Bolsonaro (PL).

“Triste Brasil que tem de fazer uma escolha entre o esquema do mensalão e petro-lão do passado ou o escândalo da educação, da compra de vacinas superfaturadas da Saúde e do ‘secretão’, do orçamento secreto do presente”, disse Tebet, ao anunciar que uma de suas primeiras medidas, se eleita, será exigir dos ministros que “abram a caixa preta das emendas” do orçamento secreto.

“O Brasil real não pode se resumir a duas personalidades ou a dois governos populistas”, declarou à plateia de empresários.

Ela reconheceu, porém, que membros de seu partido, o MDB, também se envolveram nesses escândalos. “Temos que fazer o mea culpa.”

A candidata lamentou que o país necessite se unir em manifestos pela democracia e garantiu que assinará “quantos manifestos forem apresentados”. Ela elogiou a iniciativa da Fiesp de também se mobilizar em torno de uma declaração de apoio à democracia e ao processo eleitoral brasileiro.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Supremo volta do recesso fortalecido

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, no discurso de abertura do semestre, reverberou o fortalecimento da Corte em razão do maciço apoio que recebeu da sociedade civil, nos dois manifestos lançados, na semana passada — um liderado por juristas ligados à tradicional Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, e o outro por empresários e banqueiros ligados à Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e à Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), respectivamente. Ambos foram uma resposta aos ataques feitos pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) às urnas eletrônicas, à Justiça Eleitoral e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em

particular, aos ministros do STF Luís Roberto Barroso, Édson Fachin e Alexandre de Moraes — respectivamente ex, atual e futuro presidente da Corte eleitoral.

Fux reiterou que “nossa democracia conta com um dos sistemas eleitorais mais eficientes, confiáveis e modernos de todo o mundo” e “uma Justiça Eleitoral transparente, compreensível e aberta a todos aqueles que desejam contribuir positivamente para a lisura do prélio eleitoral”. O presidente do STF também condenou a violência nas eleições: “O Supremo Tribunal Federal anseia que todos os candidatos aos cargos eletivos respeitem os seus adversários, que, efetivamente, não são seus inimigos. Confia na civilidade dos debates

e, principalmente, na paz que nos permita encerrar o ciclo de 2022 sem incidentes”, disse.

Na mesma sessão, o ministro Alexandre de Moraes, que presidirá o TSE durante as eleições de outubro, fez uma defesa enfática do atual sistema de votação: “Quem conhece as urnas eletrônicas, quem conhece o sistema de votação, se de boa-fé for, certamente vai verificar que nós podemos nos orgulhar do nosso sistema eleitoral”.

Entretanto, no mesmo dia de reabertura dos trabalhos da Corte, Bolsonaro exibiu os músculos, anunciando a indicação de dois ministros para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) que não estavam entre os preferidos da maioria do Supremo: Paulo Sérgio Domingues,

juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que tem o apoio de Humberto Martins e da futura presidente do STJ, Maria Thereza de Assis Moura; e Messod Azulay Neto, juiz do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, indicado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente.

Queda de braço

Nos bastidores do Supremo, ontem, o mal-estar era grande. O preterido nas indicações foi o desembargador do Tribunal Regional Federal da Região (TRF-1) Ney Bello, cujo nome era articulado pelo ministro do STF Gilmar Mendes. Paulo Sérgio é ligado ao ministro Nunes Marques,

aliado incondicional de Bolsonaro na Corte. Os dois nomes ainda precisam ser aprovados pelo Senado, o que deve ocorrer antes das eleições. Bello foi responsável pela decisão que tirou o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro da cadeia, mas isso não adiantou muito.

Mesmo fortalecido, outro sinal de que o Supremo não terá vida fácil foi o pedido de arquivamento do inquérito que apura se Bolsonaro vazou dados sigilosos de uma investigação da Polícia Federal (PF) ainda não finalizada, feito ontem pelo Ministério Público Federal (MPF). A vice-procuradora-geral, Lindora Araújo, braço direito do procurador-geral, Augusto Aras, no texto do pedido, acusou nominalmente Alexandre de

Moraes de violar o sistema acusatório ao determinar novas medidas na apuração.

Lindora saiu em defesa da atuação de Aras, ao pedir o encerramento da investigação. Segundo ela, seu chefe atuou de forma técnica, jurídica, isenta, sem intenção de “prejudicar ou beneficiar determinadas pessoas”.

O inquérito foi aberto porque Bolsonaro, em agosto de 2021, divulgou nas redes sociais a íntegra de um inquérito da PF que apura um suposto ataque ao sistema interno do TSE, em 2018. Segundo a Corte, não houve risco às eleições.

Por lei, qualquer servidor público tem a obrigação de proteger informações sigilosas. O episódio foi o início de uma escalada de ataques contra as urnas eletrônicas, o TSE, seus ministros e o Supremo, que culminou nas manifestações de 7 de setembro do ano passado, quando caminhoneiros romperam as barreiras da Esplanada e rumaram para a Praça dos Três Poderes, ameaçando invadir o Supremo.